

O BANCO DE ALIMENTOS DA CEASA DE MARINGÁ (PR) E SUA ATUAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Food Bank of the Ceasa Maringá (PR) and its role in promoting food security in Maringá Metropolitan Area

Zenóbio Sales Pinheiro Júnior*
Vinicius Renan Rigolin de Vicente**
Sueli de Castro Gomes***

***Universidade Estadual de Maringá - UEM**
Departamento de Geografia

Av. Colombo, 5790 – Jardim Universitário – Bloco J12 – Campus Maringá, Paraná, Brasil – CEP: 87020-900
pinheirojrzs@gmail.com

****Universidade Estadual de Maringá - UEM**
Departamento de Geografia

Av. Colombo, 5790 – Jardim Universitário – Bloco J12 – Campus Maringá, Paraná, Brasil – CEP: 87020-900
viniciusrigolin@hotmail.com

*****Universidade Estadual de Maringá - UEM**
Departamento de Geografia

Av. Colombo, 5790 – Jardim Universitário – Bloco J12 – Campus Maringá, Paraná, Brasil – CEP: 87020-900
scgomes@uem.br

RESUMO

A problemática do descarte de resíduos gerados pelas atividades humanas tem ganhado importância crescente nos últimos anos. Em contraste com a fome, que é um dos principais problemas do mundo atual e se reflete tanto pela falta de comida quanto pelo acesso a alimentação de má qualidade, percebe-se nos grandes centros urbanos um imenso desperdício de víveres que, em ótimas condições para consumo humano, deixam de ser aproveitados. Em diversos municípios brasileiros existem programas sociais, sustentados tanto por órgãos públicos quanto por ONGs, voltados para a contenção desse constante desperdício de alimentos que, embora não atendam às expectativas do comércio, se encontram em condições de consumo. O Banco de Alimentos de Maringá, vinculado à Ceasa Maringá, é mantido e pelo governo estadual, em conjunto com ações de ordem privada, e regulamentado em esfera federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Assentado numa extensa rede que envolve comerciantes, entidades filantrópicas e pessoas desprovidas de meios próprios para atender suas necessidades alimentares básicas, mostra-se uma adequada ferramenta para combater as perdas de gêneros alimentícios e garantir a segurança alimentar de parte da população mais carente da Região Metropolitana de Maringá. Este artigo visa destacar a importância social, ambiental e econômica desta relevante iniciativa de abastecimento e segurança alimentar.

Palavras-chave: Fome. Segurança alimentar. Banco de Alimentos. CEASA. Maringá.

ABSTRACT

The problem generated by the inadequate disposal of residues from human activities has been increasing in recent years, in contrast to hunger, which is one of the main problems in the world today and is reflected both by insufficient food supplies and poor quality food. In large urban centers there is an enormous waste of food that, despite being in the ideal conditions for human consumption, is no longer used. In several Brazilian municipalities, there are social programs, supported by both public agencies and NGOs, which aim to contain a constant waste of food that, although they do not

meet the requirements to be marketed, are in a condition of consumption. The Maringá Food Bank, linked to Ceasa Maringá, is maintained for the state government, together with private actions, and regulated at the federal level by the Brazilian Ministry of Social Development. Inserted in an extensive network involving merchants, philanthropic entities and people deprived of the means to meet their basic food needs, the Food Bank is an adequate tool to combat food losses and ensure food security for part of a disadvantaged population that Resides in the Metropolitan Region of Maringá. This article aims to highlight social, environmental and economic aspects of this relevant food supply and safety initiative.

Keywords: Hunger. Food Security. Food Bank. CEASA. Maringá.

1 INTRODUÇÃO

O mundo atual vivencia grande preocupação no tocante à fome e ao desperdício alimentar. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) (2012), cerca de 925 milhões de pessoas – ou seja, uma em cada sete pessoas no planeta – não comem o suficiente diariamente para serem consideradas saudáveis. Embora este não seja exatamente um acontecimento novo, visto que a humanidade, ao longo de sua história, sempre se deparou com adversidades em relação à obtenção de alimentos, hodiernamente existe, em paralelo com um setor primário que produz víveres em quantidade cada vez maior, uma multidão também crescente de pessoas mal alimentadas ou mesmo sem acesso a qualquer fonte de alimentação.

Entretanto, deve-se considerar que a fome é um fenômeno que pode se manifestar de várias maneiras. Conforme ORR (1968 apud CASTRO, 1968):

No passado, empregava-se a palavra “fome” para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. [Josué de Castro], porém, usa essa palavra no seu sentido moderno, no sentido da falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. A falta de qualquer um deles ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta de alimentos. (1968, p. 14).

Complementar a isso, ABRAMOVAY (1985) defende que há pelo menos dois tipos de fome: uma chamada global ou calórica, mais facilmente perceptível, caracterizada pelo déficit na ingestão diária de calorias, ou seja, quando o indivíduo obtém, por meio dos alimentos, uma quantidade de energia menor que aquela da qual necessita diariamente; e outra, a fome parcial ou específica, mais discreta que a primeira, em que há ausência ou quantidade inadequada, na dieta alimentar, de alguma substância – vitamina, proteína, mineral – vital à manutenção do corpo humano em seu perfeito funcionamento.

Ora, é sabido que as novas tecnologias aplicadas à produção de alimentos (máquinas agrícolas, sementes selecionadas, correção química dos solos, etc.) tem levado o setor primário, num contexto geral, a conhecer aumentos de produtividade jamais vistos. Como explicar, portanto, que tantas pessoas estejam mal alimentadas em todo o mundo? De acordo com ABRAMOVAY (1985), “O fator determinante no padrão alimentar da população é a renda: quanto mais baixa a renda, mais sérios são os problemas alimentares”. Ou seja, aqueles que possuem menos recursos financeiros (e que, portanto, possuem menor poder aquisitivo) estão fadados a ter problemas alimentares de alguma espécie, desde a carência de substâncias importantes até a fome absoluta. Concordante com isso, GEORGE (1978) denuncia que a produção de alimentos no mundo dá ênfase à rentabilidade, em detrimento do “fim social” a que os alimentos deveriam ser destinados.

FERREIRA NETTO (1964) destaca que o homem, desde tempos mais remotos, foi capaz de enfrentar a fome, mesmo diante de adversidades maiores do que as que temos hoje (sobretudo a falta de aparatos tecnológicos, que permitem hoje uma produção e conservação mais eficientes dos alimentos). Hoje, entretanto, o problema referente à alimentação ocupa lugar de destaque dentre todas

as delicadas questões com as quais a humanidade precisa lidar hodiernamente. Assim, questiona-se se a raiz deste mal está fixada em fatores de ordem política e social.

Por muitos anos, especialmente no século XIX e na primeira metade do século XX, o acentuado crescimento demográfico pós-Revolução Industrial foi visto com temeridade pela sociedade, que enxergava no aumento populacional a criação de condições para que, em pouco tempo, a Terra não fosse capaz de fornecer alimentos a todos que nela residem. O que se vê, contudo, é que nosso planeta não só está apto a produzir alimentos em quantidade suficiente e até excedente (em especial devido à utilização de novas técnicas de cultivo), como a própria teoria de Thomas Malthus estava equivocada. Conforme Josué de Castro:

A explosão demográfica, ao retardar a elevação dos níveis de vida de certos grupos, pode agravar, sem dúvida, a sua situação de fome, mas nunca determinar este estado de coisas. A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. (2003, p. 73).

Indo mais além, Josué de Castro estabelece que a fome, enquanto fenômeno mundial, ocorre porque grande parte da população mundial não dispõe de recursos suficientes para adquirir alimentos na quantidade necessária para atender às suas demandas físicas diárias:

É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos. (2003, p. 39).

No caso de países como o Brasil, anteriormente colônias vinculadas à Europa e que vivenciaram séculos de intensa exploração de seus recursos, as condições históricas em que foram povoados levou tais nações a um quadro de grandes desigualdades sociais, sobretudo devido à opressão de certos grupos étnicos por outros, além da distribuição irregular das terras disponíveis para a agricultura. Ademais, quando tais países se tornaram independentes politicamente, continuaram submetidos por vias econômicas à Europa; coube a eles, no jogo econômico mundial, o papel de fornecedores de produtos primários, os quais regressavam depois sob a forma de bens industrializados, muito mais caros e que, portanto, permitiram a manutenção duma dependência econômica que se prolonga até os dias de hoje. Conforme Josué de Castro:

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome. (2003, p. 46).

Considerando-se, portanto, que o fenômeno da fome no mundo atual está muito além da suposta indisponibilidade de terras para cultivo, ou mesmo da incapacidade de as terras cultiváveis alimentarem a todo o mundo. O patamar atual se deve, em grande parte, à insuficiência, em escala mundial, de políticas de segurança alimentar, cuja definição é bastante subjetiva; baseemo-nos, portanto, no proposto pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2002), em que “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda às suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.

Acerca de segurança alimentar, MALUF (2007) considera que:

[...] segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (2007, p.17).

De forma semelhante, PAULILLO e PESSANHA (2002) posicionam-se a respeito do tema, enfatizando que

Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (2002, p.18).

BELIK (2003) salienta que, embora a discussão em torno do conceito de segurança alimentar seja bastante ampla, envolvendo aspectos econômicos da distribuição de renda, cultura e educação alimentar das famílias, é algo que também está vinculado ao processo de abastecimento e comercialização de alimentos. De fato, é na etapa de abastecimento em que ocorre significativa parte das perdas daquilo que foi produzido, ou seja, uma parcela daquilo que foi extraído do campo sequer chega às prateleiras dos supermercados, devido a fatores como mau acondicionamento dos produtos, condições ruins de transporte, dentre outros.

Em termos de abastecimento, temos, em escala nacional, as Centrais de Abastecimento S/A (Ceasas), as quais existem desde a década de 1960 e são destinadas a atender às demandas do mercado interno. No caso específico do estado do Paraná, a primeira central começou a operar em junho de 1976, no município de Curitiba. A atual unidade de Maringá dispõe de área de 1.400 m² e foi inaugurada em 1986, sucedendo uma antiga instalação da CONAB presente no município desde 1975, que havia sido convertida em Ceasa em fins dos anos 1970. A figura 1 apresenta a estrutura da antiga Ceasa de Maringá, enquanto que a figura 2 mostra as atuais instalações da Central.

Figura 1 – Central de Abastecimento de Maringá, década de 1980



Fonte: <http://maringahistorica.blogspot.com.br>

Figura 2 – Vista aérea das atuais instalações da Ceasa em Maringá

Fonte: <http://www.ceasa.pr.gov.br/>

Nestas centrais há a geração de enormes quantidades de descartes, os quais exercem notável influência na quantidade de matéria orgânica presente no lixo urbano. Conforme dados do Instituto Akatu (2003), 44% do que é plantado no Brasil se perde entre a produção, a distribuição e a comercialização, sendo 20% na colheita, 8% no transporte e armazenamento, 15% na indústria de processamento e 1% no varejo. Assim sendo, é de interesse geral o desenvolvimento de ações que busquem o aproveitamento da matéria orgânica dos resíduos, visando diminuir os impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida da população.

Em várias dessas Centrais, sobretudo a partir da década de 1990, foram criados programas específicos para não somente combater o desperdício de recursos alimentares, mas também destinar esses alimentos, que outrora eram sumariamente descartados, para uma parcela da população que não tem capacidade, em termos financeiros, de prover a própria alimentação em níveis satisfatórios.

Desta forma, este trabalho visa estudar o Banco de Alimentos da Ceasa de Maringá, compreendendo a atuação deste Programa e verificando a amplitude de suas ações, no tocante às entidades e pessoas diretamente beneficiadas, além da contribuição que o Banco fornece ao meio ambiente por meio do aproveitamento de alimentos que outrora seriam desperdiçados.

Em termos de objetivos, esta pesquisa tem por foco principal a compreensão da rede de distribuição dos produtos alimentícios obtidos pelo Banco de Alimentos de Maringá como uma alternativa socioambiental ao desperdício alimentar. Outros objetivos, de caráter secundário, também foram considerados, conforme disposto a seguir:

- Quantificar os alimentos não comercializados e desaproveitados na Ceasa Maringá;
- Avaliar a abundância de víveres atualmente doados ao Banco de Alimentos de Maringá;
- Compreender o processo de seleção, higienização e separação dos doativos recebidos pelo Banco de Alimentos;
- Estimar a população diretamente beneficiada pela atuação do Banco de Alimentos da Ceasa Maringá.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa foram: levantamento de dados; revisão bibliográfica; artigos científicos sobre o tema abordado; notícias e documentários acerca dos elementos que constituem o objeto de estudo.

Posteriormente realizou-se a coleta de dados em campo, por meio de: (1) entrevistas realizadas com funcionários, colaboradores e voluntários da Ceasa de Maringá, do Banco de Alimentos e das entidades sociais envolvidas; (2) observação do processo de funcionamento do Banco de Alimentos, desde a seleção dos produtos até o repasse dos alimentos à população beneficiada. A seguir, efetuou-se o mapeamento das regiões de estudo.

Como material de trabalho, foram utilizados: microcomputadores – equipados com softwares tais como Microsoft Word 2010, Microsoft Excel 2010, Google Earth 7.0, Adobe Photoshop CS5, Spring 5.2.3 e Corel Draw 12 – para a redação dos textos, manipulação e compilação dos dados obtidos, câmeras e gravadores de áudio; e veículos, para o deslocamento até as entidades e à Ceasa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Bancos de Alimentos (BAs) são, em termos gerais, Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição que visam arrecadar, selecionar, processar, armazenar e distribuir gêneros alimentícios obtidos por meio de doações junto à rede varejista e/ou adquiridos da agricultura familiar através de programas governamentais. Atualmente, estão em funcionamento no Brasil 67 unidades de Bancos de Alimentos apoiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), as quais, juntas, distribuem anualmente cerca de 39 mil toneladas de alimentos nos 66 municípios em que atuam.

Estes Bancos de Alimentos buscam combater o desperdício alimentar por meio da arrecadação de gêneros alimentícios normalmente perdidos ao longo da cadeia produtiva, além de apoiar o abastecimento alimentar local através da integração com outros programas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os produtos recebidos são selecionados, separados, eventualmente processados e embalados, e por fim distribuídos gratuitamente a entidades que oferecem alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de contribuírem para o abastecimento dos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e entidades sociais, dentre outros.

Em caráter isolado, o surgimento dos Bancos de Alimentos no Brasil remonta à década de 1990. BELIK (2003) destaca que o Banco de Alimentos tem uma concepção nos moldes do *Food Bank*, um programa não governamental estadunidense que, unificando cerca de 200 bancos de alimentos, ampara a mais de 25 milhões de pessoas.

Anteriormente à concepção do Banco de Alimentos pelo Governo Federal, já existiam no Brasil atividades similares, como o Mesa São Paulo, ligado ao SESC-SP e sustentado no programa Colheita Urbana, que teve início em julho de 1997.

Conforme documentos da FAO (2006), no ano de 2003, o então presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, trouxe à pauta a necessidade de combater a fome em escala nacional. Com este intuito, foi criado o Programa Fome Zero, em substituição ao vigente Programa Comunidade Solidária, e consistia num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implantados pelo ou com o apoio do Governo Federal.

Em 2007, por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os Governos Estaduais (representados pelas unidades da Ceasa), foram oficialmente criados os Bancos de Alimentos, destinados a coletar e selecionar os produtos fora dos padrões de

comercialização e encaminhá-los a instituições sociais.

Em termos regionais, as quatro unidades da Ceasa presentes no estado do Paraná, localizadas nos municípios de Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá, dispõem de Bancos de Alimentos em operação, os quais se voltam para atender a entidades sociais de várias naturezas, localizadas nos municípios próximos às Centrais.

Em Maringá, desde 1998 existe na Ceasa um processo de tratamento dos alimentos não comercializáveis, o qual foi convertido no programa Banco de Alimentos pelo MDS em dezembro de 2010.

Até 2010, o Banco de Alimentos da Ceasa Maringá atuou sem apoio governamental e não dispunha de espaço adequado para acondicionar as doações recebidas. Até 2001, a portaria da Ceasa servia como ponto de coleta e distribuição de tudo o que era arrecadado. Devido a essa limitação, os alimentos doados constantemente eram expostos às intempéries (chuva, sol, umidade), o que contribuía para decair a qualidade dos produtos. Apesar das restrições, o programa já atendia a dezenas de entidades sociais localizadas em Maringá e em municípios vizinhos, como Sarandi e Paiçandu.

De 2001 a 2010, a Ceasa Maringá cedeu um box para a realização das atividades do Banco de Alimentos. A falta de equipamentos, porém, ainda era um problema: as doações eram alocadas no chão e não havia possibilidade de realização de qualquer processo de higienização dos produtos.

Em 2010, o Governo do Estado do Paraná concedeu ao Programa um espaço físico de 210 metros quadrados (equivalente a três boxes da Ceasa), o qual dispõe de câmara fria, destinada a estocar laticínios e outros produtos que requerem resfriamento e que eventualmente são doados, como leite, iogurte e carnes. Foram também disponibilizados equipamentos, como mesas e processadores, para melhorar a eficiência do Banco. O melhor aproveitamento dos produtos tornou-se possível, inclusive com a possibilidade de obtenção de sucos, geleias, polpas e pré-processados. Para tanto, o Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social, investiu cerca de R\$ 140 mil no Banco.

Atualmente, a própria Ceasa Maringá custeia o espaço físico do Banco de Alimentos (cujo aluguel é de R\$ 3.000,00 mensais), além de certos recursos como energia elétrica, material de limpeza, gás, água e alguns mantimentos, como açúcar e café.

Para que o Banco de Alimentos funcione adequadamente, é essencial a atuação de profissionais habilitados. Até fins da década de 2000, a Prefeitura de Maringá cedeu pessoal de seu corpo funcional para esta atividade. Atualmente, o Banco conta com voluntários oriundos das próprias entidades assistidas, os quais trabalham em regime de rodízio sob a supervisão de uma estagiária de nutrição, contratada pela Ceasa por meio de parceria com a Faculdade Ingá (UNINGÁ). Ali são realizadas as atividades de recepção, seleção, higienização e separação dos doativos, as quais se dão conforme discriminado abaixo.

- **Recepção:** os voluntários dirigem-se aos boxes dos comerciantes doadores dos insumos e realizam o transporte dos doativos para as instalações do Banco de Alimentos. Os mantimentos são transportados por meio de carrinhos de tração humana.
- **Seleção:** os alimentos são colocados sobre balcões, onde é feita a triagem daqueles considerados aptos para consumo humano. Neste estágio, leva-se em consideração o estado físico (integridade e maturação) dos víveres, de forma a maximizar o aproveitamento das doações. Quando os alimentos já estão bastante maduros (havendo risco de perda), há, nas instalações do Banco de Alimentos, equipamentos que permitem a transformação das frutas e verduras em derivados, como geleias, doces e outros preparos. Os produtos considerados inadequados ao consumo são descartados nesta fase do processo, em um contêiner específico.
- **Higienização:** os alimentos considerados aptos para o consumo são lavados e encaminhados para separação.
- **Separação:** a distribuição dos alimentos recebidos pelo Banco ocorre em regime de escala; desta

forma, as doações são repartidas conforme as necessidades das entidades atendidas. Os alimentos são armazenados em caixotes e separados ao longo do galpão, posicionados em locais livres do sol e arejados. As entidades são responsáveis por transportar as mercadorias da Ceasa até as respectivas sedes.

As etapas acima discriminadas são ilustradas pelas figuras 3, 4, 5 e 6.

Figura 3 – Voluntários recebendo frutas doadas ao Banco de Alimentos



Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Figura 4 – Mamões em processo de seleção para posterior consumo



Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Figura 5 – Chuchu em processo de higienização

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Figura 6 – Frutas aguardando encaminhamento para entidade

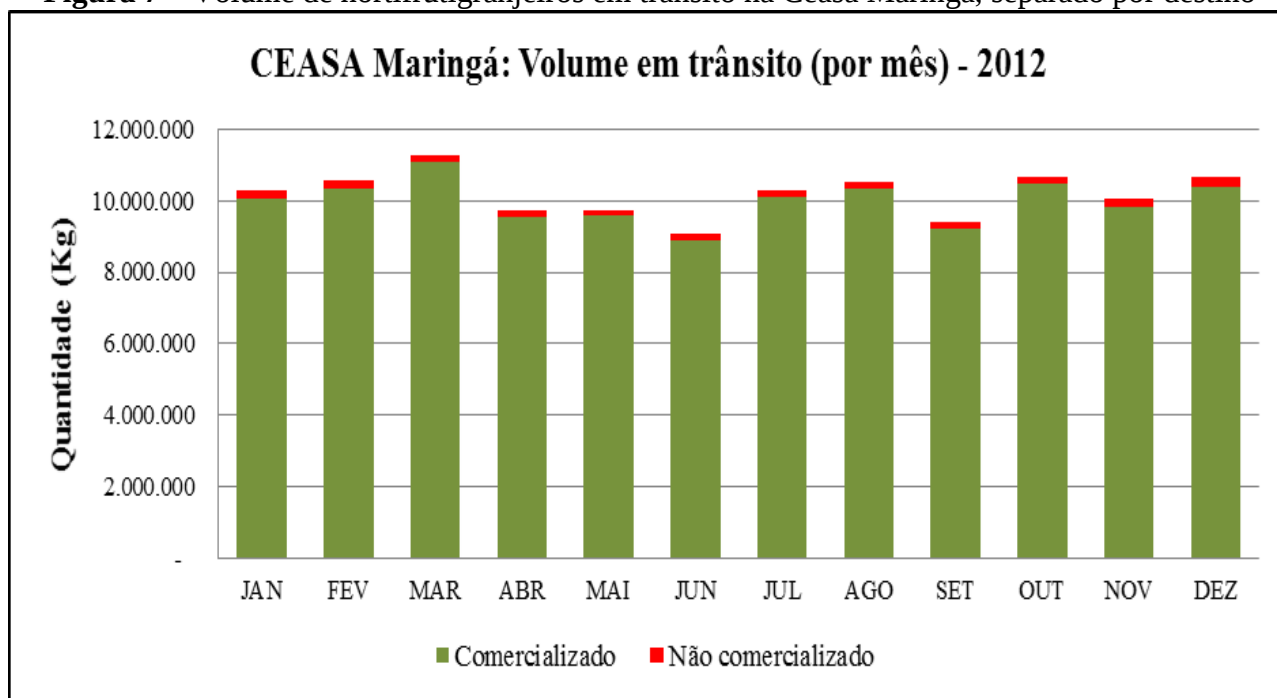
Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Não há nenhum colaborador com vínculo formal com o Banco. Isso se deve a limitações no quadro de funcionários da Ceasa; a unidade de Maringá dispõe hoje de apenas quatro colaboradores em seu corpo administrativo, e a última contratação (via concurso) realizada pelo Governo do Paraná ocorreu há mais de 20 anos.

Segundo dados repassados pela Ceasa Maringá, em 2012 transitou por aquela Central de Abastecimento um total de 119.878.549,39 quilos de hortifrutigranjeiros. Desse total, aproximadamente 97,96% - ou seja, 117.431.900 quilos – foi efetivamente comercializado. Os

restantes 2,04% (ou 2.446.649,39 quilos), por outro lado, não foram vendidos e, caso não houvesse um Banco de Alimentos na Ceasa Maringá, seriam descartados em sua totalidade. A figura 7 mostra esses totais para cada mês em 2012.

Figura 7 – Volume de hortifrutigranjeiros em trânsito na Ceasa Maringá, separado por destino



Fonte: Ceasa Maringá (2013)

Este total não comercializado tem, hoje, dois destinos: uma parte é imediatamente descartada pelos próprios comerciantes, por estar imprópria para consumo – a esta parcela correspondeu um total de 1.145.299,39 quilos em 2012. Outra porção deste total, porém, encontra-se apta ou parcialmente apta para ser consumida, e é repassada ao Banco de Alimentos – a esta parcela correspondeu um total de 1.301.350 quilos em 2012. A tabela 1 mostra a quantidade correspondente a cada destino por mês, para o ano de 2012.

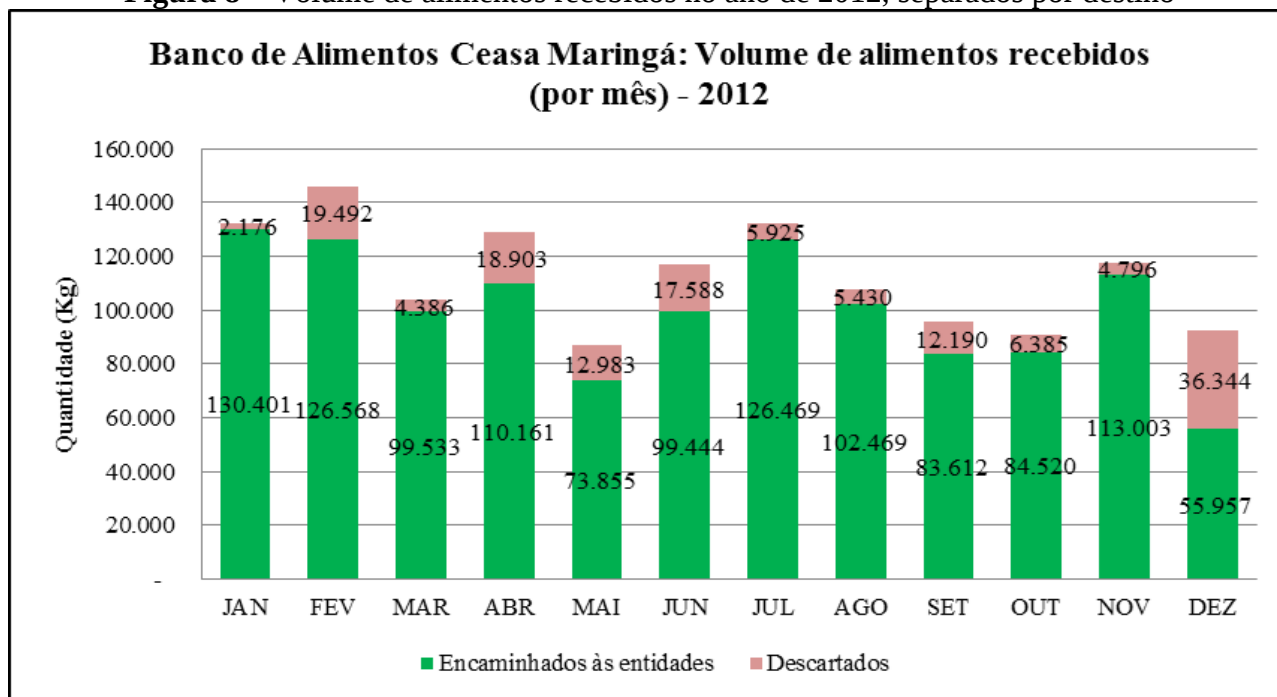
Tabela 1 – Quantidade de alimentos não comercializados Ceasa Maringá (2012), separados por destino

Meses	Produtos descartados (em kg)	Produtos encaminhados ao B.A. (em kg)
JAN	97.880	122.577
FEV	90.949	142.560
MAR	83.851	100.419
ABR	77.523	128.164
MAI	79.037	86.838
JUN	81.244	117.032
JUL	90.239	99.054
AGO	85.483	107.899
SET	79.316	95.802
OUT	89.468	90.905
NOV	112.443	117.799
DEZ	177.867	92.301
TOTAL	1.145.299	1.301.350

Fonte: Ceasa Maringá (2013)

Dentre o que é cedido ao Banco de Alimentos, somam-se doações pontuais oriundas do PAA. Este total é submetido a uma seleção e separação, processo no qual os alimentos avaliados como impróprios para consumo são descartados. Em 2012, um total de 146.598,1 quilos (ou 10,84% dos alimentos avaliados pelo BA no período) foram rejeitados, enquanto que os restantes 89,16%, ou 1.205.991,9 quilos, vieram a ser aprovados e posteriormente aproveitados por diversas entidades. A figura 8 mostra essas quantidades, mês a mês, para o ano de 2012.

Figura 8 – Volume de alimentos recebidos no ano de 2012, separados por destino



Fonte: Ceasa Maringá (2013)

O total de alimentos encaminhados às entidades poderia ser ainda maior, caso fossem sanados alguns problemas existentes na interação entre os comerciantes da Ceasa e o Banco de Alimentos. Algumas das doações só são repassadas ao Banco quando já estão em prazo final de validade, devido às dificuldades impostas pela falta de pessoal disponível para os trabalhos referentes ao Programa. Tais produtos são descartados ainda no processo de seleção, o que impossibilita que o B.A. atenda a ainda mais entidades e famílias.

As instituições beneficiadas pelo Programa estão, de acordo com dados cedidos pelo B.A. da Ceasa Maringá (2012), dispostas na Região Metropolitana de Maringá. Estas entidades, cujos objetivos e públicos-alvo são bastante distintos e cuja quantidade é variável ao longo do tempo, concentram-se, sobretudo nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Entretanto, várias outras municipalidades próximas, como Marialva, Floresta e Ivatuba, possuem entidades cadastradas e beneficiadas pelo Banco de Alimentos (Figura 9).

Ainda de acordo com a Ceasa Maringá, a quantidade de pessoas, em termos absolutos, diretamente beneficiadas pelo Banco de Alimentos no período supracitado também é maior nos municípios de Sarandi, Maringá e Paiçandu, sendo que o primeiro deles é o que possui maior população assistida, num total estimado de 3.019 beneficiados por mês, dentre um universo de 82.847 habitantes (o que implica que as doações oriundas do B.A. são sobremaneira importantes para 3,65% da população do referido município). Isso se deve, sobretudo, ao fato de que a população de Sarandi possui rendimentos médios domiciliares *per capita* sensivelmente inferiores aos verificados em municípios vizinhos (IBGE, 2013; IPARDES, 2013).

Figura 9 – Distribuição das entidades assistidas pelo Banco de Alimentos da Ceasa Maringá em 2012

Fonte: Ceasa Maringá (2012)

A tabela 2 mostra a quantidade de entidades beneficiadas por município, assim como a população diretamente assistida.

Tabela 2 – Banco de Alimentos Ceasa Maringá: entidades e população assistida por município (2013)

Município	Entidades	População do município (hab.) (IBGE, 2010)	População assistida (hab.)	População assistida (%)
Astorga	1	24.698	202	0,8
Doutor Camargo	1	5.828	80	1,4
Floresta	2	5.931	305	5,1
Ivatuba	1	3.010	40	1,3
Marialva	2	31.959	178	0,6
Maringá	17	357.077	1.947	0,6
Paiçandu	6	35.936	1.911	5,3
Sarandi	9	82.847	3.019	3,6
Total	39	547.286	6.718	1,2

Fonte: Banco de Alimentos Ceasa Maringá (2013)

O total de entidades atendidas pelo Banco de Alimentos da Ceasa Maringá é bastante variável ao longo do tempo e atualmente (julho/2013) é de 39. A tabela 3 apresenta quais entidades

estavam cadastradas junto à Ceasa no ano de 2012 e no primeiro semestre de 2013, destacando os municípios em que estão instaladas.

Tabela 3 – Entidades assistidas pelo Banco de Alimentos nos anos de 2012 e 2013

Entidade	Município	Período de cadastro
ADRA – IASD	Maringá	2013
Amor sem Preconceitos	Sarandi	2013
Associação Beneficência Filadélfia	Maringá	2012-2013
Associação Centro Comunitário Sarandi	Sarandi	2012
Associação de Amigos e Moradores Nova Aliança	Sarandi	2012
Associação de Moradores Parque Alvamar I	Sarandi	2012-2013
Associação de Moradores Parque Alvamar II	Sarandi	2012-2013
Assoc. Moradores Jardim Rebouças	Maringá	2012
Associação Vila Operária	Maringá	2012-2013
ATEMIS	Paçandu	2012-2013
Casa de Abraão	Floresta	2012-2013
Casa de Davi	Maringá	2012-2013
Casa do Oleiro	Maringá	2012-2013
Centro de Socioeducação – CENSE	Maringá	2012-2013
Centro de Educação I. Madre Rafaela Ybarra	Marialva	2012-2013
Creche Dolores Colhado Villa Verde	Marialva	2012-2013
Creche João Bolognese	Paçandu	2012
Educriança	Ivatuba	2012-2013
IASD - Parque das Laranjeiras	Maringá	2012
Igreja Avivamento Bíblico	Maringá	2012
JOCUM	Maringá	2012-2013
Lar Escola Criança	Maringá	2012-2013
MAREV	Maringá	2012-2013
Ministério Missão da Fé	Doutor Camargo	2012
MOLIVI – Igreja	Maringá	2012
MOLIVI – Chácara	Maringá	2012-2013
Oásis do Amor - Assembleia de Deus	Sarandi	2012-2013
Obra de Assistência Social Papa João XXIII	Floresta	2012
Os Vicentinos	Paçandu	2012-2013
Paróquia Santa Isabel de Portugal	Sarandi	2012-2013
Pastoral Borba Gato	Maringá	2012-2013
Pastoral da Criança	Paçandu	2012-2013
Projeto Piá	Astorga	2012-2013
Projeto Vida Melhor com Futebol	Maringá	2012
Residencial Triângulo	Sarandi	2012-2013
Só o Senhor Salva	Maringá	2012-2013
Sopão da Dona Tereza	Paçandu	2013
TRIS	Paçandu	2012
UMA	Sarandi	2012-2013

Fonte: Banco de Alimentos Ceasa Maringá (2013)

Essa constante variação na quantidade de instituições se deve ao fato de estas serem dependentes de doações para sua manutenção, não só em termos de alimentos, mas principalmente de infraestrutura, estando sujeitas a encerrar suas atividades a qualquer momento por falta de auxílio financeiro. Observa-se que entre 2012 e 2013 três novas entidades foram cadastradas, enquanto que outras onze foram descredenciadas no mesmo período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados supracitados acerca das entidades, observa-se que a existência de um Banco de Alimentos na Ceasa de Maringá e o seu pleno funcionamento é crucial para que uma significativa população, da ordem de mais de 6.500 pessoas, possa alimentar-se diariamente. Além disso, conforme relatado pelas próprias entidades, o total de indivíduos beneficiados é bastante impreciso, uma vez que várias delas são abrigos temporários, tais como casas para recuperação e tratamento de dependentes químicos, ou atendem a públicos que variam com o tempo, como creches e associações de bairros. Em muitos casos, as instituições chegam a trocar alimentos entre si, dependendo das necessidades de cada uma, ou até mesmo algumas delas repassam excedentes à população menos favorecida que reside nas imediações.

Também tomando por fundamento os dados apresentados anteriormente, é significativa a contribuição do Banco de Alimentos da Ceasa Maringá no tocante ao combate ao desperdício alimentar. Em um único ano (2012) evitou-se que mais de 1.200 toneladas de alimentos ainda aptos para consumo fossem descartadas.

As perdas poderiam ser ainda menores se existissem trabalhadores com dedicação exclusiva ao B.A., responsáveis por coletar os alimentos junto aos comerciantes antes que as intempéries os tornassem inapropriados para consumo. O comportamento de alguns desses mercadores também acaba por minar um pouco das ações do Banco, pois alguns deles ainda preferem não contribuir com donativos para o Programa, o que explica o grande volume de alimentos que ainda é desperdiçado na Ceasa Maringá.

Apesar destes senões, o impacto da atuação deste B.A. é significativo e pode ser verificado nas esferas econômica, social e ambiental e serve como modelo para que outros projetos de semelhante alcance sejam desenvolvidos na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AKATU – PELO CONSUMO CONSCIENTE. **Cultura do desperdício joga no lixo 64% dos alimentos produzidos**. 2003. Disponível em: http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/akatu-na-midia/12_02_22_ArarquaraCom_Cultura_do_desperdicio_alimentos.pdf. Acesso em: 8 mar. 2013.

BELIK, Walter. **Segurança alimentar**: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

CASTRO, Josué de. **Fome**: um tema proibido. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEASA/PR. **Banco de alimentos**. Disponível em: <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. **Institucional – histórico**. Disponível em: <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 14 abr. 2013.

FAO: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Brasil Fome Zero**: lições principais. Videoconferência: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 14 de agosto de 2006, p. 4, item 2.3.

_____. Chapter 2. **Food security:** concepts and measurement. 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

FERREIRA NETTO, Hermínio. **A fome é nossa ou milhões precisam de comer**. São Paulo: Max Limonad, 1964.

GEORGE, Susan. **Mercado da fome**. Paz e Terra: São Paulo, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Paraná. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadernos Municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007

ONU BRASIL. **O que você precisa saber sobre a fome em 2012**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-em-2012/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

ORR, John Boyd. Prefácio. In: CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. D. R. Segurança alimentar e políticas públicas: conexões, implicações e regionalização. In: PAULILLO, L.; ALVES, F. (Org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2002. p.17-55.

Data de submissão: 13.08.2014

Data de aceite: 25.01.2017

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.